

ENTRE O J.P. MORGAN E O IBAMA, O ABISMO DA VONTADE

A Foz do Amazonas não é uma questão ambiental. É uma questão de poder.

O impasse entre o Ibama e a Petrobras ultrapassa as “[pendências técnicas](#)” citadas em ofício. O verdadeiro ponto é o direito do Brasil de usar os próprios recursos para afirmar sua soberania energética. Enquanto a estatal tenta avançar, o país parece paralisado sob a culpa de existir sobre uma riqueza natural.

Nos Estados Unidos, o maior banco do Ocidente segue em direção oposta. [O J.P. Morgan anunciou investimentos bilionários em setores estratégicos](#) — energia, tecnologia, manufatura crítica e defesa — com o objetivo explícito de reduzir a dependência de fontes estrangeiras. Jamie Dimon, presidente do banco, falou abertamente em soberania produtiva e segurança nacional, algo que a Faria Lima traduziria, com ironia, como “intervencionismo”. Lá, o capital aprendeu a servir à nação; aqui, o capital exige que a nação se ajoelhe.

O contraste é evidente. Enquanto o sistema financeiro americano se reconecta à estratégia nacional, o Brasil continua submetendo decisões essenciais a uma burocracia que confunde precaução com paralisia. Cada licença adiada é um gesto de subordinação disfarçado de prudência. Discutimos estudos e relatórios enquanto o mundo reorganiza cadeias de energia e minerais para garantir autonomia. O país que não decide, obedece.

Alexander Hamilton, primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos e pai da economia moderna americana, dizia que a liberdade de uma nação depende da sua capacidade de produzir o que consome. Hoje, essa máxima vale também para a energia. Nenhum país é soberano quando precisa pedir autorização para explorar seu próprio subsolo. No Brasil, a hesitação virou doutrina, e a doutrina virou virtude: transformar a riqueza em dilema é o traço mais refinado do nosso subdesenvolvimento.

A paralisia brasileira não é apenas técnica, é psicológica. O país acostumou-se a tratar suas riquezas como fardos morais, e não como instrumentos de prosperidade; entre o medo de errar e a vontade de decidir, escolheu o conforto da dúvida. Enquanto outras nações usam seus recursos como alavancas de poder, o Brasil segue construindo discursos para justificar a inércia.

O Ibama tem uma função legítima, mas o problema não é técnico. Falta direção política e clareza sobre o que significa desenvolvimento em um mundo que voltou a falar em poder e segurança. O Brasil se comporta como se ainda estivesse em um século em que o petróleo era pecado e a dependência, redenção. Enquanto isso, os Estados Unidos e a China tratam energia e tecnologia como base da soberania e organizam seus bancos, indústrias e universidades em torno disso.

A defesa do meio ambiente é legítima, mas não pode significar a abdicação da soberania. O país que se recusa a usar o que tem acaba pagando caro por aquilo que poderia produzir. O Brasil não precisa escolher entre a floresta e a energia; precisa apenas deixar de agir como quem pede licença para existir.

• O abismo brasileiro:

O país transforma sua riqueza em culpa e hesitação, submetendo o desenvolvimento a uma burocracia que confunde prudência com paralisia.

• O exemplo americano:

Enquanto o J.P. Morgan investe em energia, tecnologia e defesa para fortalecer a soberania dos EUA, o Brasil trata sua exploração como pecado.

• A falsa escolha:

Sustentabilidade e soberania não são opostas. O Brasil precisa usar seus recursos com responsabilidade, sem pedir licença para existir.

